



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

SÃO JOSE
2021

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Curso

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

1.2 Categoria

Especialização

1.3 Modalidade

A pós-graduação *Lato Sensu* – curso de especialização – caracteriza-se pela formação de sujeitos em nível de especialização profissional, visando à capacitação e o aprimoramento em áreas específicas do saber. É um programa de estudo de curta duração (mínimo de 360 horas) e com flexibilidade curricular em termos de conteúdos, disciplinas e atividades acadêmicas. Para a conclusão do curso exige-se a apresentação de trabalho final individual sob a forma de monografia. De acordo com o art. 44, III, Lei 9.394/1996 é aberta à candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino. Caberá à Fundação Escola de Governo ENA emitir os respectivos títulos, conforme delegação de atribuições conferida pelo Conselho Estadual de Educação (Resolução CEE n° 052 de 09 de agosto de 2011), que credenciou a Fundação ENA para atender a modalidade *Especialização*.

1.4 Local de Realização

Fundação Escola de Governo ENA, Rodovia Admar Gonzaga, 1.188, Itacorubi, CEP 88.034-000, Florianópolis, Santa Catarina.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Fundação Escola de Governo ENA foi criada em junho de 2009 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Lei Complementar n° 446, de 24 de junho de 2009 e alterada pela Lei Complementar n° 562, de 04 de janeiro de 2012, em atendimento à previsão constitucional de criação e manutenção de Escolas de Governo nos Estados da Federação.

Assim, a Fundação ENA é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito

público, com sede e foro no Município de Florianópolis e vinculada à Secretaria de Estado da Administração. Tem como missão principal formar gestores públicos comprometidos com os altos padrões de eficiência e qualidade da Administração Pública.

A Fundação ENA foi criada por meio de uma parceria com a École Nationale d'Administration – l'ENA, França. A l'ENA francesa é a Escola de Governo do estado francês e da União Europeia. Foi criada em 1945 pelo General De Gaulle e sua missão principal é recrutar e formar os altos servidores da administração que desempenham funções estratégicas, visando sempre atender aos padrões éticos no serviço público, fundamentados nos valores de responsabilidade, de neutralidade e de performance superior.

Para atender a sua missão, a Fundação ENA realiza cursos e programas de capacitação e formação continuada, voltados aos servidores públicos das três esferas de poder: Estadual, Municipal e Federal, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

Os cursos têm como objetivo desenvolver, nos servidores públicos, uma visão ampla e integrada da administração pública, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade. Neste sentido, a Fundação ENA promove a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre a gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio de alunos com instituições nacionais e internacionais públicas e privadas.

Em agosto de 2011, a Fundação ENA foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina para a oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, por meio da Resolução CEE n° 052 de 09 de agosto de 2011.

A Fundação ENA foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para ofertar cursos de pós-graduação Lato Sensu, destinados a servidores públicos. Foram realizadas 4 (quatro) turmas do Curso de Pós-Graduação a nível de especialização em Gestão Pública Avançada, totalizando 119 (cento e dezenove) alunos de 2013 a 2018, com carga horária de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) horas cada curso.

No período de 2010 a 2019 a Fundação ENA emitiu um total de 16.946 (dezesseis mil

novecentos e quarenta e seis) certificados, ofertou 409 (quatrocentos e nove) cursos, que totalizaram a carga horária de 15.258 (quinze mil, duzentos e cinquenta e oito horas). Também foram ofertadas 9 (nove) turmas do Curso de Certificação de Administradores para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016 e os Decretos estaduais nº 1.007/2016, nº 1.484/2018 e nº 1567/2018. O curso visa qualificar a atuação de administradores para o protagonismo da Governança Corporativa nas empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina, por meio de uma abordagem inovadora.

Em 2020 foram oferecidos, de março a dezembro, 111 (cento e onze) cursos no total, sendo lançados mensalmente de 9 a 14 cursos, impactando 11.412 (onze mil, quatrocentos e doze) pessoas. Entre cursos presenciais e os cursos oferecidos pela ENA Virtual, impactamos 11.659 (onze mil, seiscentos e cinquenta e nove) pessoas e tivemos em média 5.829 aptos para certificação.

Destacam-se 4 cursos oferecidos na modalidade presencial com 132 (cento e trinta e dois) participantes, 2 cursos online oferecidos pela Fundação ENA com transmissão ao vivo via Google Meet para 45 (quarenta e cinco) participantes, 2 cursos online oferecidos pela Fundação ENA em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP com transmissão ao vivo, via Google Meet, para 70 (setenta participantes).

Estamos com turma de Pós Graduação em andamento do Instituto de Previdência Social do Estado de SC – IPREV com 18 (dezoito) participantes fazendo o Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Finalizamos mais um Curso de Certificação de Administradores (CA) para 40 (quarenta) conselheiros objetivando as melhores práticas de governança e compliance no âmbito das Estatais Catarinenses (Lei 13.303/2016 e Decreto 1.007/2016).

A criação da Fundação Escola de Governo - ENA foi uma iniciativa pioneira, cuja origem deu-se inicialmente por meio de um Termo de Cooperação com a l'École Nationale d'Administration (l'ENA) – instituição francesa, que é referência mundial em gestão pública. A Fundação ENA, da mesma forma que a l'ENA, reconhecida na França pela superior qualidade de seu ensino, oferece aos servidores públicos a oportunidade ímpar de aquisição de conhecimentos necessários a melhoria da gestão pública.

Os cursos da ENA possuem como objetivo principal atualizar conhecimentos e enriquecer a

prática da gestão pública, permitindo o debate com especialistas de cada área. Participar de cursos na ENA significa experimentar uma dimensão da administração pública contemporânea, fundamental para qualquer gestor público de alto nível, que busca melhor servir a sociedade.

2.1 Justificativa

A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), proponente do atual projeto, é a primeira instituição pública estadual do Brasil responsável pela definição e coordenação de políticas de Educação Especial. A FCEE, criada em maio de 1968 e vinculada à Secretaria de Estado da Educação (SED), beneficia milhares de pessoas em todo o estado de Santa Catarina, atendidas por meio de políticas públicas que visam a sua inclusão na sociedade com qualidade de vida.

Instituição de caráter beneficente, instrutivo e científico, dotada de personalidade jurídica de direito público e sem fins lucrativos, a FCEE tem a missão de definir e coordenar a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, fomentando, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico desta área, destacando-se nacionalmente como a única instituição pública brasileira nesses moldes.

De acordo com a Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019 compete à FCEE desenvolver a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico na área de educação especial; formular políticas para promover a inclusão social da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica a entidades públicas ou privadas que mantenham qualquer vinculação com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; promover a articulação entre as entidades públicas e privadas para formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; auxiliar, orientar na execução das atividades relacionadas com a prevenção, assistência e inclusão da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; planejar e executar em articulação com as Secretarias de Estado e Secretarias Municipais, a capacitação de recursos humanos com vistas ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; e realizar atendimento especializado à pessoa com deficiência, condutas

típicas e altas habilidades em seu Campus, através dos Centros de Atendimento Especializado, para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias assistivas e metodologias, com vistas à aplicação nos programas pedagógico, profissionalizante, reabilitatório e programa socioassistencial, prevenção e avaliação diagnóstica, que subsidiem os serviços de educação especial no Estado de Santa Catarina.

Em seu campus em São José, na Grande Florianópolis, a FCEE conta com dez Centros de Atendimento Especializado, que são espaços de estudos, discussões, atendimentos e pesquisas em suas respectivas áreas de atuação. A clientela desses centros é composta por pessoas com atraso global do desenvolvimento, deficiência (visual, auditiva, intelectual, mental, física e múltipla), transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação. A instituição está devidamente registrada sob o número 3503585 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Em todas as regiões do estado de Santa Catarina, a FCEE mantém parcerias com instituições especializadas em educação especial para o atendimento pedagógico, beneficiando mais de 20 mil educandos com deficiência. Os programas de parcerias incluem repasses financeiros para contratação direta de professores, para manutenção das atividades das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs (Fundo Social) e cedência de professores.

A FCEE é responsável ainda pela análise e autorização da implantação de serviços especializados em educação especial nas escolas da rede estadual de ensino (segundo professor de turma, professor bilíngue, professor intérprete, professor instrutor da LIBRAS e atendimento educacional especializado), através de parceria com a SED, beneficiando cerca de 10 mil alunos.

O binômio produção e disseminação do conhecimento demanda ainda da FCEE a capacitação de recursos humanos com vistas ao aperfeiçoamento constante dos profissionais que atuam nos serviços especializados disponibilizados nas instituições parceiras e nas escolas da rede regular de ensino. Nesse contexto, destaca-se como frente de trabalho a realização de assessorias e de cursos para a formação e capacitação de recursos humanos, em geral, profissionais dos diversos setores que assistem a pessoas com deficiência. A FCEE promove anualmente cerca de 30 cursos de formação internas e externas e presta assessoria técnica a 219 Instituições Congêneres de Educação Especial, capacitando cerca de 5.000 profissionais que atuam direta ou indiretamente com a pessoa com deficiência e beneficiando pessoas com deficiência em todo o estado de Santa Catarina.

Adicionalmente, desde 2015 conta com o Núcleo de Estudos e Pesquisas - NESPE, o qual tem como objetivo fomentar e capacitar os servidores para a elaboração e desenvolvimento de produção de

pesquisa científica, produção de material técnico e grupos de estudos. As ações visam a difusão do conhecimento e conscientização nas áreas da prevenção, educação, profissionalização e mercado de trabalho, avaliação e habilitação/reabilitação, proteção social e Tecnologia Assistiva, para atender à pessoa com deficiência. Dados de 2020 apontam mais de 90 projetos propostos desde 2015, com cerca de 40 pesquisas científicas realizadas, muitos destes em parceria com instituições de ensino superior nacionais e internacionais, resultando em diversos trabalhos publicados e apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais.

Além da produção científica extensa, a FCEE realizou mais de 20 projetos de produção técnica que resultaram na confecção de livros, cartilhas, materiais técnicos e informativos de acesso livre à população. O desenvolvimento científico na área da educação especial a partir da FCEE repercute em diversos termos de cooperação técnico-científica envolvendo instituições como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), entre outras.

Considerando o exposto, fica evidente o papel da FCEE como instituição voltada ao fomento, produção e disseminação do conhecimento científico, na área da educação especial. Além disso, tendo em vista a atuação no atendimento à pessoa com deficiência, a instituição possui um caráter executor de ações de saúde e educação que lhe permite replicar diretamente o conhecimento produzido. Deste modo, o desenvolvimento de um curso de Pós-graduação lato sensu em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, torna-se de grande relevância no intuito de fundamentar e fomentar o conhecimento dos servidores do estado de Santa Catarina que atuam na educação especial no estado.

3 COORDENAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

3.1 Coordenador Técnico - ENA: Prof. Me. André de Souza Rocha

3.2 Equipe Técnica e Administrativa- ENA:

Mara Brognoli Hack – Diretora Técnico Científica

Mônica Seixas de Oliveira Mello, MSc. – Gerente de Formação Profissional

Samara Gesser Morais - Gerente da Ena Virtual

3.3 Representante Institucional - ENA: Tania Regina Hames – Presidente da ENA

3.4 Coordenador do Curso de Pós Graduação - FCEE: Prof. Me. André de Souza Rocha

4 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Objetivo geral

- Qualificar a formação dos servidores participantes do curso na área da educação especial, por meio da disseminação da Política de Educação Especial do Estado de SC, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ao exercício profissional.

4.2 Objetivos específicos

- Assegurar aprofundamento e atualizações no campo da educação especial com base em evidências científicas;
- Instrumentalizar os profissionais com vistas a qualificação do atendimento de pessoas público da educação especial, no Estado de SC;
- Desenvolver a competência humana através da construção e reconstrução contextualizada do conhecimento;
- Promover estudos que possibilitem o desenvolvimento do viés científico e do pensamento reflexivo;
- Analisar criticamente os conhecimentos específicos da área da Educação Especial;
- Identificar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos diversificados, adequados ao atendimento dos estudantes público da educação especial nas escolas regulares e nos CAESPs;
- Promover estudos e pesquisas no âmbito da educação especial;
- Envolver estudos relativos a abordagem metodológica, análise e investigação do processo social e intersubjetivo historicamente compreendido das implicações éticas, políticas e sociológicas da Educação Especial.
- Contemplar projetos científicos e técnicos voltados para o estudo do campo da Profissionalização e Mercado de Trabalho para as pessoas com deficiências e ou Transtorno do Espectro Autista.
- Abranger projetos visando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que colaborem na qualificação das ações de reabilitação.
- Contemplar estudos referentes a técnicas de avaliação (interdisciplinar ou não) em promoção, prevenção,

diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde.

- Envolver projetos voltados às condições e determinantes da proteção social, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos às pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, Atraso Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

4.3 Público alvo

Servidores efetivos do quadro da FCEE, que atuam no campus e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado CAESP, que já tenham cumprido estágio probatório, que não estejam em período de aposentadoria, que atendam aos critérios estabelecidos no Decreto 1863/2013 da SEA que dispõe sobre o afastamento de servidor para cursos de pós-graduação.

4.4 Número de Vagas (Mínimo e Máximo)

Até 30 alunos

4.5 Modalidade, carga horária e frequência

A pós-graduação será realizada na modalidade presencial, totalizando 360 (trezentos e sessenta) horas. A frequência as aulas, seminários e outras atividades obrigatórias programadas serão objeto do processo de avaliação do curso. A frequência mínima obrigatória para cada disciplina será de 75% (setenta e cinco) por cento.

4.6 Período e peridiocidade

O curso se desenvolverá por um período de dezesseis meses. As aulas teóricas, seminários, palestras e participação em eventos serão concentradas nos doze primeiros meses, em dois encontros quinzenais (quinta e sexta-feira). Os quatro meses restantes serão destinados à execução de investigação e à redação da monografia. Para efeitos deste curso de pós-graduação adotar-se-á hora/aula correspondente a 50 minutos, ofertados das 9 h às 12 h e das 13h às 18h, às quintas-feiras, e das 9 h às 12h e das 13h às 17h, às sextas-feiras, totalizando 15 horas/aula.

4.7 Inscrições

As inscrições no curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva serão

realizadas junto à Fundação ENA, tendo como participantes os servidores efetivos que atuam no campus da FCEE e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado – CAESP do estado de Santa Catarina.

4.8 Local de inscrição e matrícula

As inscrições e matrículas serão efetuadas na Fundação ENA, Rod. Admar Gonzaga , 1188 (Anexo ao Centre/EPAGRI) Bairro: Itacorubi - Florianópolis /SC.

4.9 Valor do curso

Os custos relacionados ao curso serão de responsabilidade da FCEE, conforme orientação da Fundação ENA.

4.10 Processo de seleção

Os servidores serão selecionados e indicados pela FCEE, com base em critérios pré-estabelecidos, obedecendo o Decreto 1863/2013. Serão aceitas as inscrições de participantes que possuam, no mínimo, diploma de graduação superior. A DITEC reconhecendo omissão nos critérios do processo de seleção poderá intervir por meio da formação de uma comissão constituída pelo Presidente da Fundação, pelo diretor da DITEC e por um representante discente, vetando a inscrição de qualquer candidato que não atenda ao requisito mínimo de ser detentor de diploma de graduação superior ou outra condição específica a ser analisada.

4.11 Critérios de avaliação e rendimento

4.11.1 Nas disciplinas

A verificação de aprendizagem será realizada por disciplina, mediante a realização de provas, testes, trabalhos individuais e/ou de grupos, em conformidade com os critérios prescritos nos planos de ensino de cada disciplina, e registradas na forma de notas de 0 (zero) a 10 (dez). Os planos de ensino serão divulgados aos alunos antes do início das respectivas disciplinas. O aluno para ser aprovado em cada disciplina deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a disciplina, e nota final mínima de 7,0 (sete virgula zero) pontos.

4.11.2 No Curso

Além da aprovação nas disciplinas componentes do curso, para se obter o título de Especialista, o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, uma Monografia no contexto do tema escolhido, observado os seguintes procedimentos:

As monografias serão elaboradas dentro das linhas de pesquisa do curso de Especialização em Educação Especial;

- As monografias deverão ser desenvolvidas e apresentadas individualmente;
- Até o encerramento das disciplinas, os alunos deverão elaborar o projeto de pesquisa e escolher um orientador. O projeto de pesquisa será avaliado nos aspectos acadêmico- metodológicos e quanto à vinculação dos tema as linhas de pesquisa ;
- O prazo máximo para a entrega da monografia, em qualquer caso, é de 180 (cento e oitenta) dias após o término da última disciplina.
- As monografias serão avaliadas em face de:
 - a) observância das normas de apresentação de trabalhos técnico-científicos da ABNT;
 - b) objetivos e estrutura proposta pela Fundação ENA
 - c) qualidade, clareza e objetividade do texto escrito;
 - d) lógica da apresentação dos conteúdos (ordenação interna);
 - e) criatividade, ideias inovadoras, capacidade de argumentação e relação com os conteúdos programáticos das disciplinas do Curso.
- A avaliação final da monografia será realizada por meio de banca composta pelo professor orientador, e dois membros com titulação mínima de mestre, em até 30 dias depois do prazo final de entrega da Monografia à Coordenação do curso. Os membros da banca deverão assinar o documento respectivo apresentado pela Fundação ENA, com a avaliação do trabalho.
- Será aprovado na Banca de Defesa de Monografia o aluno que obtiver o conceito “APTO”.
- Para receber o título de Especialista em Educação Especial o aluno deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas conforme os critérios estabelecidos (frequência e nota mínima), e ter obtido conceito “APTO” atribuído pela Banca de Defesa de Monografia.

4.11.3 Áreas de Desenvolvimento das Monografias:

As Monografias a serem desenvolvidas, conforme fixado no item anterior, deverão abordar as seguintes linhas de pesquisa:

- **Educação Especial**

Essa linha de pesquisa inclui projetos relativos ao estudo do campo da Educação Especial como produção teórica multidisciplinar. Envolve estudos relativos a abordagem metodológica, análise e investigação do processo social e intersubjetivo historicamente compreendido das implicações éticas, políticas e sociológicas da Educação Especial. Nessa linha, também estão contemplados estudos relativos à construção de avaliação, estratégia de identificação, abordagem e acompanhamento visando o desenvolvimento dos indivíduos integrantes desta modalidade de ensino.

- **Profissionalização e Mercado de Trabalho**

Nessa linha de pesquisa estão contemplados projetos científicos e técnicos voltados para o estudo do campo da Profissionalização e Mercado de Trabalho para as pessoas com deficiências e ou Transtorno do Espectro Autista, como produção teórica multidisciplinar. Reflexão metodológica, análise e investigação da profissionalização e mercado de trabalho na inclusão desses sujeitos como conceito e processo social e intersubjetivo historicamente compreendido. Implicações éticas, políticas, legais e sociológicas.

- **Reabilitação**

Essa linha de pesquisa contempla projetos visando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que colaborem na qualificação das ações de reabilitação. Nesse sentido, entende-se o processo de reabilitação como um conjunto de medidas que ajudam pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Atraso Global do Desenvolvimento ou prestes a adquirir deficiências a terem e manterem uma funcionalidade ideal na interação com seu ambiente. Algumas vezes, faz-se distinção entre habilitação que visa ajudar os que possuem deficiências congênitas ou adquiridas na primeira infância a desenvolver sua máxima funcionalidade e a reabilitação, em que, aqueles que tiveram perdas funcionais, são auxiliados a readquiri-las. Nesta linha de pesquisa, o termo “reabilitação” contempla os dois tipos de intervenção. Os estudos devem visar a reabilitação como meio de tornar as pessoas com deficiências,

Transtorno do Espectro Autista, e Atraso Global do Desenvolvimento capazes de participar da vida educacional, do mercado de trabalho e da vida civil, considerando a interação dos indivíduos com suas famílias e entorno social. As ações envolvidas nessa linha de pesquisa irão fornecer subsídios para que as instituições reforcem e ampliem serviços e programas de reabilitação, os quais devem iniciar o mais cedo possível, baseados em avaliações multidisciplinares das necessidades e capacidades dos indivíduos e incluindo dispositivos e Tecnologia Assistiva.

- **Avaliação e prevenção**

Esta linha de pesquisa contempla estudos referentes a técnicas de avaliação (interdisciplinar ou não) em promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde. Envolve estudos relativos à promoção da saúde (ações sobre os condicionantes e determinantes sociais da saúde), e às práticas nos três níveis de prevenção em saúde: primária (quaisquer atos destinados a diminuir a incidência de uma doença numa população), secundária (quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência de uma doença numa população, reduzindo sua evolução e duração) e terciária (quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência das incapacidades crônicas numa população, reduzindo ao mínimo as deficiências funcionais consecutivas à doença).

- **Ações socioassistenciais**

Essa linha de pesquisa contempla projetos voltados às condições e determinantes da proteção social, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos às pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, Atraso Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, bem como os recursos e políticas públicas com que contam para enfrentar tais situações com menores danos pessoal e social possíveis. Os estudos nessa linha abrangem conhecer os riscos sociais e as possibilidades de enfrentá-los através de uma visão capaz de captar as diferenças no aspecto social, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais do indivíduo e deste em sua família são determinantes para a sua proteção e autonomia.

- **Saúde e Deficiência**

Essa linha de pesquisa contempla anteprojetos voltados às condições e determinantes do processo saúde/doença das pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Atraso Global do Desenvolvimento: identificação, quantificação e

caracterização de risco e danos à saúde das populações estudadas. Estudos epidemiológicos dos determinantes da saúde (biológicos, ambientais, comportamentais, culturais e atenção à saúde). Produção do conhecimento sobre os fatores de risco e mecanismos subjacentes à causalidade de agravos de relevância para a saúde, avaliação de programas, tecnologias e serviços de saúde: estudos da formulação, implementação, organização e desempenho de programas, tecnologias e serviços de saúde das pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Atraso Global do Desenvolvimento.

- **Tecnologia Assistiva**

Refere-se a pesquisas e produções técnicas envolvendo produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços de Tecnologia Assistiva, os quais objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, Atraso Global do Desenvolvimento, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, bem como os processos de avaliação, prescrição, produção, treino e orientação quanto ao uso de Tecnologia Assistiva.

4.11.4 Disponibilidade de espaço físico, laboratórios e material bibliográfico

O curso será oferecido integralmente nas dependências da Fundação ENA, localizada na Rodovia Rod. Admar Gonzaga, nº 1188, CEP 88034-000, Bairro Itacorubi, Florianópolis – SC. Essa sede se encontra anexa ao CETRE – Centro de Treinamento da Epagri, desde janeiro de 2016, e deverá realizar reformas durante o ano corrente para readequar o espaço.

Atualmente a Fundação ENA conta com 02 (duas) salas de aula, sendo uma para 55 pessoas e outra anexa à recepção do CETRE para 45 pessoas; 03 (três) salas destinadas ao setor Administrativo Financeiro e Acadêmico; banheiros; biblioteca; recepção; além de contar com o auditório compartilhado para até 260 pessoas.

As salas de aula, totalmente climatizadas, contam com todos os recursos instrucionais necessários às aulas: lousa digital, projetor de multimídia, retroprojetor, computador em rede, conexão a internet wireless.

A sala de aula principal, com área aproximada de 75 m², com capacidade para 55 (cinquenta e cinco) alunos, comporta também os equipamentos de informática com 25 (vinte e cinco) computadores.

Toda a área é climatizada, sendo os equipamentos ligados em rede própria e interligados à fibra ótica via Epagri.

Com a reforma ampliaremos a capacidade de atendimento para 4 salas de aula, uma sala informatizada, acessibilidade ao primeiro andar, banheiros e sala de estudos.

4.11.5 Material Bibliográfico

A Biblioteca da ENA é uma Biblioteca Especializada em conteúdos das áreas de administração pública e gestão governamental, cobrindo também as áreas afins, tendo por objetivo prestar atendimento a todo Governo do Estado, na pesquisa, bem como, organizar e colocar à disposição os diversos tipos de materiais de informação relevantes ao funcionamento da Instituição e de acordo com padrões biblioteconômicos.

O acervo da biblioteca é composto por livros, periódicos e monografias (TCCs) defendidas nos cursos da Fundação. O software utilizado no gerenciamento dos processos da biblioteca é o Biblivre que atualmente tem cadastrado 1513 itens bibliográficos. De Ciências Sociais existem 1019 exemplares dentre os quais 88 exemplares são de Administração Pública.

Estes itens podem ser pesquisados nas dependências da biblioteca ou online, os usuários também podem consultar online documentos em PDF e fazer reservas de material (is).

A Biblioteca para atender às finalidades acima relacionadas tem a seguinte organização: Coordenação Técnica de Serviço, Serviço de Aquisição e Processos Técnicos, Serviço de Atendimento ao Usuário, Serviço de Publicações e Divulgação e Seção de Apoio Administrativo.

A Biblioteca ENA dispõe de um Portal de Publicações Científicas com Acesso Aberto onde os usuários (cadastrados na biblioteca ou não) tem acesso a inúmeros títulos de periódicos e livros eletrônicos (e-books) com textos completos em vários idiomas.

No Portal de Publicações Científicas há acesso para: Portal de Periódicos da Capes/MEC, Spell, Livre, Portcom, Scielo e ScieloBR, DOAJ, BDTD, Google Acadêmico, Enap, Oasisbr, Latindex, Ipea, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Domínio Público que também oferece acesso a e-books bem como o Bookboon e Open Library.

A biblioteca oferece aos usuários, os seguintes serviços: visita orientada que tem como objetivo apresentar as instalações da Biblioteca aos alunos, professores e visitantes, bem como seus produtos, projetos e serviços; orientação ao usuário que tem a finalidade de orientar o usuário quanto à utilização da base de dados do acervo e à localização das obras nas estantes, bem como o treinamento para utilização

do portal de periódicos CAPES; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; catalogação na fonte; informações sobre a solicitação do ISBN e ISSN; empréstimos e devoluções.

O acesso as bases de dados internacionais será viabilizada pela UDESC ESAG que possui mestrados e doutorado em Administração. Por tratar-se de um órgão da estrutura do Poder Executivo permite o acesso aos discentes e docentes do PMPAD.

5 CONCEPÇÃO GERAL

A oferta do Curso de Pós Graduação em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, busca atender uma crescente demanda constituída por servidores que atuam no Campus da FCEE e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado - CAESP, procurando garantir-lhes conhecimentos teóricos e metodológicos considerados imprescindíveis para a formação deste profissional, considerando as especificidades deste campo de atuação educacional.

Nesse contexto, a Fundação Catarinense de Educação Especial e a Fundação ENA mobilizam-se na direção da construção de uma proposta pedagógica para o Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que tenha como base conhecimentos gerais e conhecimentos específicos desta área, possibilitando a atuação de profissionais no atendimento do público da educação especial, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação deste profissional.

A oferta deste curso encontra amplo amparo na legislação vigente, conforme o que se destaca a Lei 9394/96, que dispõe em seu Art. 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Neste contexto, o currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A estrutura curricular do curso está distribuída em doze meses de aulas com 360 horas/aula de conteúdo específico. Outros quatro meses estão dedicados à realização das Monografias. As atividades do curso estão divididas em cinco módulos, conforme segue:

Módulos	Disciplinas	Carga Horária
Módulo I	Fundamentos e Perspectivas da Educação Especial	
	Políticas Públicas em Educação Especial: Análise Crítica	30
	Aprendizagem e Cognição	30
	O Modelo biopsicossocial da CIF na Educação Especial	30
		90 h total
Modulo II	O Público da educação especial e suas especificidades I	
	Educação Especial e a Deficiência Auditiva	15
	Deficiência Visual: Processo de Estimulação e Reabilitação Visual	15
	Educação Especial e a Deficiência Física e Psicomotricidade	15
	Educação Especial, Deficiência Intelectual e Múltipla, serviços relacionados.	15
	Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)	30
	90 h total	
Modulo III	O Público da Educação Especial e suas especificidades II	
	Educação Especial e o Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade	15
	Educação Especial e Atraso Global do Desenvolvimento	15
	Educação Especial e Estimulação Precoce	15
	Educação Especial e a Surdocegueira	15
	Educação especial nas Altas Habilidade/Superdotação	15
	75 h total	
Modulo IV	Tópicos diferenciais em educação especial	
	Envelhecimento e Deficiência	15
	Práticas corporais/Atividades artísticas e desportivas em educação especial	15
	Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	15
	Sexualidade, Educação em Sexualidade e a Pessoa com Deficiência	15
Gestão em Educação Especial	15	

		75h total
Modulo V	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30h
		360 horas

5.1 Matriz Curricular

Módulo I - Fundamentos e Perspectivas da Educação Especial

30 hs	Políticas Públicas em Educação Especial – Análise Crítica
Prof. ^a Me. Liliam Guimarães de Barcelos	Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Municipal de São José (USJ); Especialização em Educação Especial pela Faculdade do Grupo UNIASSELVI; Especialização em Educação Infantil, Séries iniciais com ênfase em Educação Especial pela Faculdade Dom Bosco
Ementa	A análise documental como subsídio para a análise das políticas educacionais; Constituição da educação especial e a formação do seu público-alvo nas políticas educacionais no Brasil; Relação público/privado na origem e desenvolvimento da educação especial; Princípios e fundamentos das políticas de educação especial: conceitos, organização de atendimento ao seu público-alvo e formação de professores. Fundamentos da educação especial; Conceitos e terminologias relacionados ao público-alvo das políticas de Educação Especial; Concepções relacionadas às práticas educacionais para pessoas com deficiência no Brasil.
Referências	<p>BARCELOS, L.G.; GARCIA, R.M.C. Disputas pela constituição do público-alvo da educação especial nas políticas para a educação no Brasil. IV Colóquio Internacional de Educação. Joaçaba, 2018.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Educação Especial: livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994. 66f.</p> <p>_____. Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001, Seção 1E, p.39-40. 2001.</p> <p>_____. Ministério da Educação. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.</p> <p>_____. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, Brasília, 01 out. 2020, Seção 1, p.6-8. 2020.</p> <p>BUENO, J.G.S. Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004. 187p.</p> <p>BOCK, G.K. & NUERNBERG, A. H. As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas. In: COEB 2018. Anais... Florianópolis, 2018.</p> <p>GARCIA, R.M.C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação</p>

	<p>docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v. 18, n. 52, jan.-mar. 2013.</p> <p>GARCIA, R. M. C. (Org.). Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI. 1. ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED - NUP, 2017, v. 1, p. 19-66.</p> <p>JANNUZZI, G.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.</p> <p>JANNUZZI, G. de M. Algumas concepções de educação do deficiente. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 25, n.3, p. 9-25, maio 2004.</p> <p>MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. Caderno Cedes, v. 34, n. 93, p. 157-173, 2014.</p> <p>RAFANTE, H.C.; LOPES, R.E. Helena Antipoff e a educação dos “excepcionais”: uma análise do trabalho como princípio educativo. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.33, p.228-252, mar.2009.</p> <p>RAFANTE, H.C. Política de educação especial no Brasil: a relação entre o estado, a sociedade civil e as agências internacionais na criação do CENESP. Anais 37a Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis, 2015.</p>
--	---

30h/a	Aprendizagem e Cognição: Princípios básicos da programação de condições de ensino voltados para a educação inclusiva
Profª. Me. Francielli Sarmiento	<p>Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013) com pesquisa voltada a programação de condições de ensino.</p> <p>Graduação e licenciatura em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (2010).</p> <p>Experiência na área clínica para adultos e crianças e experiência na docência de disciplinas relacionadas a metodologia científica, educação especial inclusiva, psicopatologia e análise do comportamento.</p>

Ementa	<p>Conceito de comportamento como instrumento não-tecnista e potencializador no processo de caracterização da realidade do educando. Complexidade das relações estabelecidas na interação do educando com seu meio. Decorrências da patologização e da implementação de categorias de saúde na educação inclusiva. Definição e contribuições do conceito de “ensino-aprendizagem”. Modalidades de intervenção e distinção entre os conceitos de demanda e de necessidade. Princípios básicos da elaboração de condições de ensino: aprendizagem sem erros, pequenos passos, participação ativa durante o processo, feedback imediato, ritmo individual e avaliação constante dos procedimentos. Elaboração de objetivos relevantes e coerentes com a prática e realidade do educando. Análise funcional como instrumento para elaboração de objetivos e de avaliação dos procedimentos desenvolvidos. Decomposição do objetivo geral em objetivos mais simples. Elaboração de procedimentos e atividades de ensino a partir de necessidades identificadas. Proposição de sequenciamento de procedimentos planejados. Decorrências de práticas baseadas em coerção na educação especial. Transtornos do neurodesenvolvimento a partir de uma caracterização analítico-funcional. Ensino-aprendizagem voltado para os transtornos do neurodesenvolvimento</p>
Referências	<p>Catania, C. A. (1999). <i>Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição</i>. 4ª. Tradução: Deisy das Graças de Souza. Porto Alegre, RS: Artmed.</p> <p>Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. <i>Psicologia & Sociedade</i>, 24 (3), 557-566.</p> <p>Hübner, M. M. C., & Marinotti, M. (2004). <i>Análise do comportamento para a educação: contribuições recentes</i>. Santo André: ESETec.</p> <p>Kubo, O. M., & Botomé, S. P. (2001). Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. <i>Interação em Psicologia</i>, 5 (1).</p> <p>Sidman, M., Andery, M. A., & Sérgio, T. M. (1995). <i>Coerção e suas implicações</i>. Editorial Psy.</p>

30h	O Modelo biopsicossocial da CIF na Educação Especial
Prof. Me. André de Souza Rocha	Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2009). Especialista em Fisioterapia Neurofuncional da Criança e do

	Adolescente pela Associação Brasileira de Fisioterapia Neurofuncional - ABRAFIN (2015). Multiplicador e pesquisador do Grupo CIF Brasil (2017). Bacharel em Fisioterapia pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2006). Fisioterapeuta da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE (2013).
Ementa	Introdução ao modelo Biopsicossocial da CIF. Aspectos da CIF em sistemas educacionais e sua utilidade em contextos educacionais. A CIF na integração de informações diagnósticas e educacionais. Aplicação para avaliação em educação especial. A CIF na concepção de participação na educação e análise de ambientes educacionais. Aplicação para estabelecer elegibilidade em contextos educacionais. A CIF no estabelecimento de metas e avaliação dos resultados em educação especial. A CIF como facilitador para a cooperação e integração de diferentes perspectivas.
Referências	<p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. OMS - OPAS e Editora da Universidade de São Paulo, p. 238, 2003.</p> <p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Como usar a CIF: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Versão preliminar para discussão. Genebra: OMS, Outubro de 2013.</p> <p>FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 8, n. 2, p. 187–193, 2005.</p> <p>ROCHA, A.S; SCHMIDT, K. C.; MIGUEL, D. A. Implantação da CIF em uma fundação de educação especial. Revista CIF Brasil. v. 12, n. 1, p. 16–31, 2020.</p> <p>CASTRO S, PALIKARA O. An Emerging Approach for Education and Care: Implementing a Worldwide Classification of Functioning and Disability Edited. New York: Routledge, 2018. Epub ahead of print 2018. DOI: 10.4324/9781315519692.</p> <p>MORETTI, M.; ALVES, I.; MAXWELL, G. A systematic literature review of the situation of the international classification of functioning, disability, and health and the International Classification of Functioning, Disability, and Health children and Youth Version in education: A useful tool or a flight of fancy? American Journal of Physical Medicine and Rehabilitation, v. 91, n. 13 SUPPL.1, p. 103–117, 2012.</p> <p>MAXWELL, G.; ALVES, I.; GRANLUND, M. Participation and environmental aspects in education and the ICF and the ICF-CY: Findings from a systematic literature review. Developmental Neurorehabilitation, v. 15, n. 1, p. 63–78, 2012.</p> <p>MACIVER, D. et al. Participation of children with disabilities in school: A realist systematic review of psychosocial and environmental factors. PLoS ONE, v. 14, n. 1, p. 1–22, 2019.</p>

Módulo II O publico da Educação Especial e Suas Especificidades I

15h	Educação Especial na Deficiência Auditiva
Prof. Esp. Luana Zimpeck de Rezende	Fonoaudióloga bilingue formada pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, pós graduada em Educação especial inclusiva pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Experiência em seleção e adaptação de prótese auditiva, avaliação audiológica e reabilitação auditiva de usuários de aparelho auditivo e implante coclear. Funcionária efetiva do estado de Santa Catarina atuando na FCEE no Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez- CAS desde 2008 na reabilitação auditiva.
Ementa	Caracterizando a surdez/DA Aquisição de linguagem do aluno surdo Filosofia educativas na educação de surdos Tecnologia assistiva para pessoas com surdez- AASI, Implante coclear, Sistema FM Inclusão de alunos surdos no ensino regular Decreto 5.626/2005 Ensino do sujeito surdo:L1 e L2- diferenças, estratégias e metodologia Atendimento Educacional Especializado -profissionais que atuam no ensino dos sujeitos surdos/DA e suas funções
Referências	BEVILACQUA, M. C. (1998). Conceitos básicos sobre a audição e a deficiência auditiva. Cadernos de audiologia. Bauru: H.P.R.L.L.P / USP. BORGES, A. R. A inclusão de alunos surdos na escola regular. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v. 21, p. 63-68, 2004. BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005. GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SILVA, A. E. & FERNANDES, E. M. Os papéis do Intérprete de LIBRAS e do docente no Ensino Regular interferindo no sucesso escolar do aluno surdo. In: Anais eletrônicos do III Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos: S.P, 2008. SKLIAR, C. (Org). Atualidade da educação Bilíngüe para Surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. 270p. v.2.

15h	Deficiência Visual: Processo de Estimulação e Reabilitação Visual
Prof. Esp. Danielly Maia Ventura Martins	Graduada em Pedagogia – Habilitação Educação Especial e Séries Iniciais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis/SC. Especialização em Educação Especial e Práticas Inclusivas pela FACVEST, Lages/SC. Professora da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) atuando como Habilitadora/Reabilitadora Visual, responsável pela Avaliação Funcional da Visão no Serviço de Reabilitação Visual e Adaptação de Prótese Ocular (SRV/SAPRO) do Estado de Santa Catarina.
Ementa	Breve Histórico da Deficiência Visual (Movimento Político na Perspectiva da DV); Deficiência Visual/Definição, classificação e causas; Atendimento Educacional Especializado/DV; Noções básicas de escrita e leitura Braille; Noções básicas de soroban; Atividades de Vida Autônoma; - Orientação e Mobilidade; Recursos Tecnológicos; Práticas Pedagógicas Inclusivas/alternativas metodológicas.
Referências	ALVES, Milton Ruiz (coordenador) MONTEIRO, Mário Luiz Ribeiro. ZANGALLI, Antônio Luiz. Neuro-oftalmologia – 2.ed. - Rio de Janeiro: Cultura Médica ; Guanabara Koogan, 2011. (CBO) BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A construção do conceito de número e o pré-soroban / elaboração : Fernandes, Cleonice Terezinha... [et al.]. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p _____. Secretaria de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual /Secretaria de Educação a Distância. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEED/SEESP, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf . Acesso em: 09 ago. 2019. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Grafia Braille para a Língua Portuguesa / Elaboração: DOS SANTOS, Fernanda Christina; DE OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira – Brasília-DF, 2018, 3ª edição. 95P _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia Braille para a Língua Portuguesa . Elaboração: Jonir Bechara Cerqueira et al. Brasília: MEC/SEESP, 2006. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce à integração escolar . Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual. São Paulo, 1993. BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. v.1 . Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2001 (Série Atualidades Pedagógicas). BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. v.2 . Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2001 (Série Atualidades Pedagógicas). BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. v.3 . Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2001 (Série Atualidades Pedagógicas). BUENO MARTIN, Manuel; TORO BUENO, Salvador. Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos . Livraria Santos Editora Ltda., 2003. CHAPMAN, Miss E.J.; Dr. M.J. Tobin. Mira y Piensa: Manual del Professor . ONCE, Madrid, 1986.

	<p>CORSI, Maria da Graça França Corsi – Visão Subnormal: Intervenção Planejada. São Paulo: M.G.F. Corsi, 2001.</p> <p>COSTA FILHO, Helder; HADDAD, Maria Aparecida O.; SAMPAIO, Marcos Wilson; SIAULYS, Mara Olímpia de C. Baixa Visão e Cegueira: Os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>FELIPPE, João Alvaro de Moraes. Caminhando Juntos. LARAMARA.</p> <p>JESUS, Elisabeth F. O aluno deficiente visual e as atividades de vida diária. Instituto Benjamin Constant, Ministério da Educação.</p> <p>LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.</p> <p>MIN, Hsu Yun. Baixa visão : conhecendo mais para ajudar melhor :volume III / Hsu Yun Min, Marcos Wilson Sampaio, Maria Aparecida Onuki Haddad. -- São Paulo : Conselho Brasileiro de Oftalmologia : Laramara, 2018. (Série deficiência visual)</p> <p>MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. In: Revista Diálogo Educacional. Curitiba, 2004. v. 4, n.12, p.13-21, mai/ago. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189117821002.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.</p> <p>PEDRAS, Luzia Villela. Dedinho sabido: caderno de atividades. Transcrição atualizada da edição de 1979. Rio de Janeiro: MEC/IBC/Divisão de Imprensa Braille, 2003.</p> <p>SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina: Coordenador Sergio Otavio Bassetti - São José: FCEE, 2006 52 p.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Programa Pedagógico. São José, SC: FCEE, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA. RESOLUÇÃO N° 100/2016. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/8473-fcee-divulga-resolucao-n-100-2016-com-novas-normas-da-educacaoespecial. Acesso em 23 Jan 2019.</p> <p>SASSAKI, Romeu. Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, v.10, n. 57, p. 8-16, jul./ago.2007. Disponível em: http://docplayer.com.br/9806089-Nada-sobre-nos-sem-nos-da-integracao-a-inclusao.html. Acesso em: 03 mar. 2020.</p>
--	---

15h	Educação Especial, Deficiência Física e Psicomotricidade
Profª Me. Gisele Carreirão Gonçalves	Licenciada em Educação Física/CDS/UFSC Especialista em Educação Física Escolar/CDS/UFSC Especialista em Educação Inclusiva/FAED/UDESC Mestre em Educação Física/CDS/UFSC
Ementa	Conceitos básicos da psicomotricidade, área esta que se ocupa do pensar/agir sobre um corpo que se (re)faz nas inter-relações. Complexidade da psicomotricidade num entendimento de corpo vivido, portanto, que nega a fragmentação do sujeito, e exalta seu constante diálogo com o mundo. Que defende que tão importante quanto o ato de aprender, é o processo da aprendizagem em si. Psicomotricidade como um possível campo de intervenção da Educação Física.

	Possibilidades de conceber a psicomotricidade em diferentes territórios: o educacional e o terapêutico.
Referências	<p>FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: uma visão pessoal. <i>In: Construção Psicopedagógica</i>, v. 18 n. 17 p. 42-52, São Paulo, 2010.</p> <p>MORAES, Rosalina Rocha Araújo; FROTA, Ana Maria Monte Coelho; SOARES, Silvana Mendes Sabino. Docência em Educação Infantil: Diálogo entre Filosofia da Educação e Psicomotricidade Relacional. <i>In: Formação Docente</i>, v. 12 n. 24 p. 181-194, maio/ago, 2020.</p> <p>XAVIER, Alexandra Minuzzo <i>et all</i>. Psicomotricidade, Consciência Corporal e Representação Gráfica de Crianças: uma revisão crítica. <i>In: Revista Didática Sistêmica</i>, v.18 n.1 p. 79-92, 2016.</p>

15h	Educação Especial, Deficiência Intelectual e Múltipla e serviços relacionados
Prof. Esp. Fabiana de Melo Giacomini Garcez	Graduada em Pedagogia Séries Iniciais com Habilitação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Especialista em Psicopedagogia IBPEX/Curitiba. Especialista em Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado – Universidade Federal do Ceará – UFC
Ementa	<p>Fundamentos Teóricos da Deficiência Intelectual: conceito, histórico e diagnóstico. Modelo conceitual AAIDID e o DSM 5. Funcionalidade da Pessoa com Deficiência Intelectual e Paradigma de Apoio. A escolarização de pessoas com Deficiência Intelectual. Elaboração Conceitual. Funções Psicológicas Superiores, funções executivas e funções cognitivas. Práticas Baseadas em evidências nas intervenções com pessoas com Deficiência Intelectual Serviços de educação especial no Estado de Santa Catarina Plano de Desenvolvimento Individual. Avaliação</p>
Referências	<p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014. BRASIL.</p> <p>FALCONI, E. R. M.; SILVA, N. A. S. Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual: Atendimento Educacional Especializado – AEE. 2014. https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf. Acesso em 30.03.2020</p> <p>GARCIA, R. M. C. A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições vygotskianas. Ponto de Vista. Revista do Curso de Pedagogia Séries Iniciais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.</p> <p>GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R. V. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 2.</p>

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010. Vol. VI.

PLETSCH, Márcia D. e GLAT, Rosana. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: PLETSCH, Márcia D. e GLAT, Rosana. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013, p. 17-32.

PLETSCH, Márcia D.; OLIVEIRA, Mariana C. P. de; CAMPOS, Erica C. V.Z. A avaliação mediada como pressuposto para o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para alunos com deficiências. In: OLIVEIRA, Anna A.S. de; FONSECA, Kátia de A.; REIS, Márcia R. dos. **Formação de Professores e práticas educacionais inclusivas**. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 137-152.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.74,104.

PIRES, Roberta. A elaboração conceitual em alunos com Deficiência Intelectual: Apontamentos a partir das provas de Lúria. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 4, N.1 – pg. 157173 – (jan. abr. de 2018)

LURIA, A. R. **Pensamento e Linguagem**: as últimas conferências de Lúria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

VYGOTSKY, L. S.. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 2013. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>

_____. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10. ed. Tradução Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2006. p. 103-117.

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. **Faq on intellectual disability**. 2010. Disponível em: <https://aaid.org/intellectual-disability/definition/faqs-on-intellectual-disability> . Acesso em: 15 de outubro 2019.

FONTANA, Roseli Ap. Cação. **Mediação Pedagógica na Sala de Aula**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializados em educação especial [livro eletrônico]** / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). – São José/SC : FCEE, 2020.

Resolução 100/CEE2016. Disponível:
[file:///D:/Users/SEVEN/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100_%202016%20\(9\).pdf](file:///D:/Users/SEVEN/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100_%202016%20(9).pdf).
Acesso: 09.03.2021

30h	Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista
Profa. Esp. Mariele Finatto	Graduada em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul - UCS Especialista em Recursos Estruturados e Estratégias Clínicas no Autismo pela Faculdade PoliCívitas Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial Inclusiva pelo Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - CENSUPEG Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM junto ao grupo de pesquisa de Educação Especial e Autismo - EdEA
Ementa	Transtorno do Espectro Autista: histórico, definição, prevalência e diagnóstico e avaliação. Perfil cognitivo em pessoas com TEA: teorias que explicam o seu funcionamento. Práticas Psicoeducacionais para educandos com TEA à luz das Práticas Baseadas em Evidências para autismo.
Referências	<p>APA - Associação Americana de Psiquiatria. DSM-5: Manual de Diagnósticos de Saúde Mental, 2014.</p> <p>BARON-COHEN, S. et. al. Understanding Other Minds: Perspectives from Autism. Oxford University Press, 1995.</p> <p>BOSA, C. CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. Psicologia : reflexão e crítica. Porto Alegre: 2000.</p> <p>FERREIRA, Livia Oliveira; FINATTO, Mariele; SCHMIDT, Carlo. Formação de professores para qualificação da escolarização de alunos com autismo. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2018.</p> <p>FERREIRA, Livia Oliveira; FINATTO, Mariele; SCHMIDT, Carlo. Atendimento Educacional Especializado e Autismo: práticas pedagógicas que qualificam a ação do professor especialista. In: Colóquio Internacional de Educação Especial, 2019, Florianópolis. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019.</p> <p>FINATTO, Mariele; FERREIRA, Livia Oliveira; SCHMIDT, Carlo. Problematizando as práticas pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado com alunos com autismo. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2018.</p> <p>FONSECA, M. E. G.; CIOLA, J. de C. B. Vejo e Aprendo: Fundamentos do programa TEACCH®. O Ensino Estruturado para pessoas com Autismo. Ribeirão Preto, SP: BookToy, 2016.</p> <p>GRANDIN, T.; PANEK, R. O Cérebro Autista Pensando Através do Espectro. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015.</p> <p>GOLDSTEIN, Ariela. O Autismo sob o olhar da Terapia Ocupacional. São Paulo: Ed. Casa do Novo Autor, 2012.</p> <p>GOMES, Camila Graciella Santos. Ensino de habilidades básicas para pessoas com</p>

autismo: manual para intervenção comportamental intensiva. Curitiba : Appris, 2016.

HAPPÉ, F. Autism: cognitive déficit or cognitive style? Trends in Cognitive Sciences, 1999.

HAPPÉ, F. Critaria, Categories, and Continua: Autism and Related Disorders in DSM-5. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry. V. 50, N. 6, June 2011.

HUME, K., STEINBRENNER, J.R., ODOM, S.L. et al. Evidence-Based Practices for Children, Youth, and Young Adults with Autism: Third Generation Review. J Autism Dev Disord, 2021.

LOSAPIO, M. F.; PONDE, M. P. Tradução para o português da escala M-CHAT para rastreamento precoce de autismo. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, Porto Alegre , v. 30, n. 3, p. 221-229, Dec. 2008

MAENNER M. J., SHAW K. A., BAIO J., et al. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016. MMWR Surveill Summ: 2020.

MARTIN, R.J., ANDERSON, C.M., GOULD, K. et al. A Descriptive Secondary Analysis of Evidence-Based Interventions for Students with Autism Spectrum Disorder. Contemp School Psychol, 2020.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico de; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, set./dez. 2013.

NUNES, Débora Regina de Paula; SCHMIDT, Carlo. Educação Especial e Autismo: das Práticas Baseadas em Evidência à Escola. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-103, Sept. 2019.

PEREIRA, A; RIESGO, R. S.; WAGNER, M. B. Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre , v. 84, n. 6, p. 487-494, Dec. 2008 .

RUSSEL, J. Autism as na Executive Disorder. Oxford University Press, 1998.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Manual do Orientação: Transtorno do Espectro do Autismo. Nº 05, Abril de 2019.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos. Psicologia em Estudo, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2 jul. 2017.

STEINBRENNER, J. R., HUME, K., ODOM, S. L., MORIN, et al. Evidence-based practices for children, youth, and young adults with Autism. The University of North Carolina at Chapel Hill, Frank Porter Graham Child Development Institute, National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice Review Team, 2020.

Módulo III O público da Educação Especial e Suas Especificidades II

15h	Educação Especial e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
Prof. Esp Luciana da Silva	Graduada em Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil e Séries Iniciais pela Faculdade de Capivari – FUCAP Especialista em Educação Especial – Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Universidade Federal do Ceará – UFC Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Cândido Mendes – UCAM Cursando Aprimoramento em Avaliação e Intervenção nos Transtornos de Aprendizagem – Instituto La Via
Ementa	Fundamentos Teóricos do TDAH: conceito, histórico, prevalência e diagnóstico. Funções Executivas: conceito, seus principais componentes e sua relação com o TDAH. TDAH e Prática Pedagógica, Intervenção e Avaliação no Atendimento Educacional Especializado – AEE e Adequação e Manejo em Sala de Aula.
Referências	AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 . Porto Alegre: Artmed, 2014. ARAÚJO, A. P. Q. C. <i>et al.</i> Desempenho escolar e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. Revista Psiquiatria Clínica , São Paulo, v. 32, n. 6, p. 324-329, 2005. BARKLEY, R. A. Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade: guia completo e autorizado para os pais, professores e profissionais da saúde . Porto Alegre: Artmed, 2007. DIAMOND, A. Executive functions. Annu Rev Psychol. , [S. l.], v. 64, p. 135-168, 2013 GOLDSTEIN, S. Hiperatividade: compreensão, avaliação e atuação: uma visão geral sobre TDAH. Hiperatividade , [S. l.], 2006. Disponível em: < http://www.hiperatividade.com.br/article.php?sid=14 >. Acesso em: 29 abr. 2013. HALLOWELL, E. M. Tendência a distração . Rio de Janeiro: Roço, 1999. IAMAGUTI, S. S. P. TDAH: integrando à educação e à saúde uma visão psicoeducativa. Revista Brasileira de Educação e Cultura , [S. l.], p. 64-88, 2011. LEZAK, M. D. Basic Concepts. <i>In</i> : LEZAK, M. D.; HOWIESON, D. B.; LORING, D. W. Neuropsychological Assessment . New York: Oxford University Press, 2004. pp. 3 – 14. MATTOS, P. No mundo da lua: perguntas e respostas sobre Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em crianças e adolescentes e adultos . 11. ed. São Paulo: Lemos, 2012. ROHDE, L. A.; HALPERN, R. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: atualização J. Pediatr. , Rio de Janeiro, v. 80, n. 2 (supl.), abr. 2004. UEHARA, E. et al. Funções Executivas: Um retrato integrativo dos principais modelos e

	teorias desse conceito. Revista Neuropsicologia Latinoamericana. Vol 5. N. 3. 2013, 25-37.
--	--

15h	Educação Especial e o Atraso Global do Desenvolvimento
Prof Me. Marcelo Dias	Fisioterapeuta graduado pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1998) Especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2001) Mestre em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2002) Fisioterapeuta habilitado pelo Conceito Neuroevolutivo – Bobath- Associação Brasileira para Divulgação do Método Neuroevolutivo (1998) e pelo Centro de Estudos em Neuroreabilitação (2014) Fisioterapeuta habilitado pelo Método Reequilíbrio Tóraco-Abdominal – RTA , Cuidado Global Cursos e Treinamentos (1999 e 2019) Fisioterapeuta habilitado pelo Método Reeducação Postural Global – RPG Souchard – Instituto Ph.E. Souchard de Reeducação Postural – R.P.G (2014)
Ementa	Desenvolvimento neuropsicomotor normal/típico e marcos maturativos na infância; Sinais de alerta para o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor; Visão geral das escalas de avaliação do desenvolvimento infantil mais utilizadas no Brasil; Definição de Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor; Implicações do Atraso Neuropsicomotor na Educação Especial.
Referências	CORIAT L. F. Maturação psicomotora: no primeiro ano de vida da criança . 4. ed. São Paulo: Centauro. 2001. 182 p. FLEHMIG I. Texto e Atlas do Desenvolvimento Normal e seus Desvios no Lactente : diagnóstico e tratamento precoce do Nascimento até o 18º mês. São Paulo: Atheneu. 2000. 316p. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce : crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. DORNELAS L. F., DUARTE N. M. C., MAGALHÃES L. C. Atraso do desenvolvimento neuropsicomotor : mapa conceitual, definições, usos e limitações do termo. Revista Paulista de Pediatria , São Paulo, SP: v.33, n.1, 88-103, 2015. RODRIGUES, O. M. P. R. Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebê. Educar em Revista , Curitiba, Brasil, n. 43, p. 81-100, 2012. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação especial / Estado de Santa Catarina . Florianópolis, 2018.

15h	Educação Especial e Estimulação Precoce
Profa. Me. Elaine Carmelita Piucco	Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Mestre em Ciências do Movimento Humano e Esp. em desenvolvimento Infantil - UDESC. Graduação em Fisioterapia. Fisioterapeuta do Centro de Reabilitação Ana Maria Philippi -CENER/FCEE.
Ementa	Termos estimulação precoce x intervenção precoce. Desenvolvimento infantil. Marcos do desenvolvimento típico. Sinais preditivos de desvios do desenvolvimento. Avaliação do desenvolvimento. Programas de estimulação precoce. Atuação da equipe multi e interdisciplinar na estimulação precoce. Brincar na estimulação precoce. Abordagem centrada na família. Participação da criança nos ambientes escolar, familiar e comunidade. Diretrizes do programa de estimulação precoce do Ministério da Saúde e da FCEE.
Referências	BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Estimulação Precoce . Brasília: 2016. GESELL, A. A criança dos 0 aos 5 anos . 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano . 12 ed. Porto Alegre: Artmed e McGrawHill, 2013. PIAGET, J. Seis estudos de psicologia . 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializados em educação especial . São José: FCEE, 2020. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem . São Paulo: Ícone Editora, 2003.

15h	Educação Especial e Surdocegueira
Profª. Dra. Rita de Cássia Silveira Cambuzzi	Graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo, (1978); Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo (1977); Mestrado em Educação Especial Educação Indivíduo Especial pela Universidade Federal de São Carlos Especial (2007); Doutorado Educação do Indivíduo Especial, pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Formação em Terapia Familiar Sistêmica. Tem experiência na área da Educação Especial, desde 1999 a 2010, atuando na área da Surdez, Surdocegueira, Metodologia e Família.
Ementa	Definição; Características gerais da surdocegueira; Classificação da surdocegueira; Metodologia ; Enfoque metodológico de Van Dijk; Comunicação ; Fases da Comunicação / Etapas de interação, Surdocegueira Congênita; Surdocegueira Adquirida; Comunicação; Formas de Comunicação.
Referências	BOSCO, I.; MAIA, S.; MESQUITA, S. A. <i>Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla</i> . Universidade Federal do Ceará. Mec/Seesp. Brasília: 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2010-pdf/7107-fasciculo-5-pdf/file >

	<p>CADER-Nascimento, F. A. A. A.; COSTA, M. da P.R. da. Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EDUFSCar, 2005 , ISBN 85-76000512.</p> <p>NASCIMENTO, F.. A. A. A.; MAIA, S. R. <i>Caderno de Educação Educação Infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial</i>. 4. ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006.</p> <p>CAMBRUZZI R.de C. S.; COSTA, M. da P. R. da <i>Surdocegueira: níveis e formas de comunicação</i>. São Carlos :EdUFSCar, 2016. ISBN 9078-85-7600-443-1.</p> <p>CAMBRUZZI, R. de C. S.; COSTA, M. da P.R. da. <i>Surdocegueira por Síndrome de Usher: recursos pedagógicos acessíveis</i>. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016. ISBN 9078-85-7600-447-0.</p>
15h	Educação Especial e Altas Habilidades/Superdotação
Profª Ma. Ananda Ludwig Burin	<p>Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2010 – Florianópolis/SC.</p> <p>Especialista em Educação Especial pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em 2014 – Campo Grande/MS.</p> <p>Mestre em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2019 – Florianópolis/SC.</p>
Ementa	<p>A superdotação na Educação Especial: marcos legais. Diretrizes para atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação em Santa Catarina. Definições e distintos conceitos nas altas habilidades/superdotação. Características comuns às pessoas com altas habilidades/superdotação. A dupla condição nas altas habilidades/superdotação. O Modelo de Enriquecimento Escolar. Estratégias para identificação de alunos com altas habilidades/superdotação. Avaliação inicial e avaliação processual de alunos com altas habilidades/superdotação. Práticas educacionais para o atendimento de aluno com altas habilidades/superdotação.</p>
Referências	<p>ALVES, R. J. R.; NAKANO, T. d. C. A dupla-excepcionalidade: Relações entre altas habilidades/superdotação com a síndrome de asperger, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de aprendizagem. Revista Psicopedagogia, v. 32, n. 99, p. 346-360, 2015.</p> <p>BURIN, A. L. Alunos matematicamente habilidosos: uma proposta de atividades para potencializar sua identificação. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional, Matemática, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.</p> <p>DELOU, C. M. C. <i>Identificação de superdotados: uma alternativa para a sistematização da observação de professores em sala de aula</i>. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 1987.</p> <p>FLEITH, D. d. S. (org) A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: volume 1: orientação a professores . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.</p> <p>FLEITH, D. d. S. (org) A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: volume 2: atividades de estimulação de alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.</p> <p>FLEITH, D. d. S. (org) A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: volume 3: o aluno e a família. Brasília: Ministério da Educação,</p>

	<p>Secretaria de Educação Especial, 2007.</p> <p>FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. Manual de identificação de altas habilidades/superdotação. Guarapuava: Apprehendere, 2016.</p> <p>RENZULLI, J. S.; REIS, S. The three-ring conception of giftedness: A developmental model for creative productivity. <i>Conceptions of giftedness</i>, p. 53-92, 1986.</p> <p>RENZULLI, J. S.; REIS, S. M. The schoolwide enrichment model: A how-to guide for educational excellence. [S.l.]: ERIC, 1997.</p> <p>RENZULLI, J. S. et al. Scales for Rating the Behavioral Characteristics of Superior Students. [S.l.]: Waco, TX: Prufrock Press, 2013.</p> <p>RENZULLI, J. S. The enrichment triad model: A guide for developing defensible programs for the gifted and talented. [S.l.]: Creative Learning Pr, 1977.</p> <p>VIRGOLIM, A. M. R. Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.</p> <p>VIRGOLIM, A. M. R. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com altas habilidades/superdotação. <i>Revista Educação Especial</i>, Universidade Federal de Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 581-609, 2014.</p> <p>WINNER, Ellen. Crianças Superdotadas: mitos e realidades. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>
--	---

Módulo IV Tópicos Diferenciais em Educação Especial

15h	Envelhecimento e Deficiência
Prof. Me. Vilson Rodrigues da Silva	Fisioterapeuta. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Servidor Público na Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.
Ementa	<p>Aspectos biológicos e funcionais do envelhecimento: fisiologia do envelhecimento e a experiência humana de transição da funcionalidade ao longo da vida.</p> <p>Mudanças no perfil de saúde da população brasileira: transição demográfica, epidemiológica e nutricional.</p> <p>Repercussões do envelhecimento na vida das pessoas com deficiência: doenças e comorbidades mais prevalentes entre as pessoas com deficiência em processo de envelhecimento.</p> <p>Determinantes sociais no processo de envelhecimento da pessoa com deficiência: interseccionalidades, ambiente de vizinhança e participação social e comunitária.</p> <p>Envelhecer com deficiência: aspectos básicos sobre o cuidado e acesso aos direitos.</p>
Referências	<p>LIMA-COSTA, Maria Fernanda. Aging and public health: the Brazilian Longitudinal Study of Aging (ELSI-Brazil). <i>Revista de saúde pública</i> vol. 52Suppl 2, Suppl 2 2s. 25 Oct. 2018.</p> <p>MARTINS, José Alves et al. Envelhecer com deficiência física: experiência permeada pelo estigma, isolamento social e finitude. <i>Esc. Anna Nery</i>, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 2018.</p> <p>MAIS DIFERENÇAS (São Paulo). Envelhecimento e deficiência: uma revisão da literatura. 2019. Disponível em: <http://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/envelhecimento_deficiencia_rb.pdf></p> <p>Organização Mundial da Saúde [OMS]. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Lisboa, 2004.</p> <p>_____. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Genebra, 2015.</p> <p>_____. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE [OPAS]. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução: Suzana Gontijo. Brasília, 2005, p. 60.</p>

	<p>PEREIRA, Silvia Regina Mendes In: FREITAS, Elisabete Viana de; Py, Ligia (Org). Tratado de geriatria e gerontologia. Cap14 – Fisiologia do Envelhecimento. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Envelhecer com deficiência intelectual: aspectos básicos sobre o cuidado e o acesso aos direitos / (Org.) Greicy Kelly Bittencourte e Vilson Rodrigues da Silva – Florianópolis: DIOESC, 2017.</p>
--	--

15h	Práticas corporais/Atividades artísticas e desportivas em educação especial
Profª Me. Gisele Carreirão Gonçalves	Licenciada em Educação Física/CDS/UFSC Especialista em Educação Física Escolar/CDS/UFSC Especialista em Educação Inclusiva/FAED/UDESC Mestre em Educação Física/CDS/UFSC
Ementa	<p>Debates críticos acerca do esporte e atividades artísticas no universo das pessoas com deficiência.</p> <p>Dança e o paradesporto, discussões essas tematizadas pela Educação Física em diálogo com as ciências humanas. O que nos permite compreender o corpo para além de seus aspectos anátomo-fisiológicos.</p> <p>Dança como linguagem, sendo o corpo seu vetor de comunicação.</p> <p>Paralelos entre esporte convencional/esporte adaptado. Desdobrando-se em peculiares reflexões sobre os chamados corpos híbridos. Corpos esses protetizados que despertam inquietações acerca de suas performances potencializadas.</p>
Referências	<p>CAMARGO, Wagner Xavier. Dilemas Insurgentes no Esporte: As Práticas Esportivas Dissonantes. <i>In: Revista Movimento</i>, v. 22 n. 4 p. 1337-1350, out./dez, 2016.</p> <p>QUADROS, Roberta Bevilaqua e PALMA, Luciana Erina. Pessoas com Deficiência Física: a dança em cadeiras de rodas e representações corporais. Especialização em Pesquisa e Ensino do Movimento Humano. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil, 2013.</p> <p>ZOBOLI, Fábio et al. O corpo híbrido: análise midiática da participação do atleta Oscar Pistorius no Mundial de Atletismo de 2011. <i>In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte</i>. p. 26-33, 2016.</p> <p>ZOBOLI, Fábio; CORREIA, Elder Silva; LAMAR, Adolfo Ramos. Corpo, Tecnologia e Desporto: Considerações a partir do caso da paratleta Danielle Bradshaw, <i>In: Revista Movimento</i>, v. 22, n. 2, p. 659-670, abr/jun, 2016.</p>

15h	Acessibilidade e Tecnologia Assistiva
Prof. Me. Ana	Terapeuta Ocupacional graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004);

<p>Carolina Rodrigues Savall</p>	<p>Especialista em Gestão e Docência em Educação a Distância pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014); Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2008) Formação Complementar: Terapeuta Ocupacional habilitada pelo Conceito Neuroevolutivo – Bobath- Associação Brasileira para Divulgação do Método Neuroevolutivo (1998) e pelo Centro de Estudos em Neuroreabilitação (2014) Terapeuta Ocupacional em formação na Certificação Internacional em Integração Sensorial de Ayres.</p>
<p>Ementa</p>	<p>Contextualização da Acessibilidade e da Tecnologia Assistiva na Educação Especial Acessibilidade: definição, barreiras, desenho universal e desenho universal na aprendizagem Tecnologia Assistiva: definição, classificação, áreas macro.</p>
<p>Referências</p>	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.</p> <p>BRASIL. Ata VII reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT CORDE/ SEDH/PR. Brasília, DF: CAT, 2007.</p> <p>BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Tecnologia Assistiva. 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Anexo I: áreas macro de Tecnologia Assistiva (Portaria Interministerial MF/MCTI/SDH nº 604, de 24/12/2013). 2013.</p> <p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a deficiência. 2011.</p> <p>SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Manual do Curso de Tecnologia Assistiva para CAESP, São José, 2020.</p> <p>SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional em Educação Especial (CAESP), São José, 2020.</p>

<p>15h</p>	<p>Sexualidade, Educação em Sexualidade e a Pessoa com Deficiência</p>
<p>Prof. Me. Ana Carolina Rodrigues Savall</p>	<p>Terapeuta Ocupacional graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (2004) Especialista em Gestão e Docência em Educação a Distância (2014) Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UFSC (2008) com os estudos voltados à sexualidade de populações especiais.</p>

Ementa	<p>Compreensão da Sexualidade e de suas dimensões sociocultural, psicoemocional e biológica.</p> <p>Compreensão da especificidade quanto à Sexualidade das pessoas com deficiências</p> <p>Compreensão da Educação em Sexualidade e sua aplicabilidade na educação especial.</p>
Referências	<p>ARNAU, A. S. Otros transtornos (I). Insatisfacción sexual. In.: CASTELO-BRANCO, C. Sexualidad humana: una aproximación integral. Buenos Aires; Madrid: Editora Médica Panamericana, 2005.</p> <p>CROOKS, R.; BAUR, K. Nuestra sexualidad. Buenos Aires: Thomson Editores, 2003. 706p.</p> <p>DAVIS, S.; TAYLOR, B. From PLISSIT to Ex-PLISSIT. In: Davis S. Rehabilitation: The use of theories and models in practice. Edinburgh: Churchill Livingstone. 2006. p.:101-129.</p> <p>HYDE, J. S.; DELAMATER, J. D. Sexualidad humana. México: McGraw-Hill Interamericana, 2006. 670p.</p> <p>KUSNETZOFF, J. C. Sexualidad y Educación Sexual – Módulo 1. Apostila (Especialización en Sexualidad y Educación Sexual) – Facultad de Medicina, Universidad de Buenos Aires, 2006.</p>

15h	Gestão em Educação Especial
Prof. Me. Tania Maria Fiorini Geremias	<p>Mestre em Educação na Linha Ensino e Formação de Educadores do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSC.</p> <p>Graduada em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional pela Fundação do Oeste de Santa Catarina/FUNDESTE/Chapecó.</p> <p>Coordenadora de Educação Especial, na Diretoria de Ensino, na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.</p>
Ementa	<ul style="list-style-type: none"> - Marcos Normativos (legislação vigente) - Diagnóstico da Educação Especial - Estudantes atendidos pelos Serviços Especializados - Serviços Especializados ofertados - Atribuições dos Professores dos Serviços Especializados - Instituições Gestoras da Política de Educação Especial - Projeto Político Pedagógico e a Educação Inclusiva
Referências	<p>Brasil. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394.</p> <p>____. Lei n. 10.436: que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002</p> <p>BRASIL. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.</p> <p>DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 12/06/2006.</p>

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da Educação, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1, p. 17.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/SC Nº 112, de 12 de dez de 2006. “Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.” 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Programa pedagógico. São José. SC: FCEE, 2009.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.794, de 14 de Dezembro de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Florianópolis: 2015.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/SC Nº 100, de 13 de dez de 2016. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação Especial. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação. 2018.

LEI COMPLEMENTAR nº 741/2019, de 12 de junho de 2019, que “Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências”. (Seção VI, Artigo 35 e Subseção III, Artigo 68)

DECRETO Nº 856, de 6 de setembro de 2016 (SANTA CATARINA, 2016), que “Aprova o Regimento Interno das Agências de Desenvolvimento Regional, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, dos Colegiados Regionais de Governo e estabelece outras providências.”

DECRETO Nº 981, de 7 de setembro de 2016 que “Altera o art. 52 do Anexo I do Decreto nº 856, de 2016, que aprova o Regimento Interno das Agências de Desenvolvimento

	Regional, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, dos Colegiados Regionais de Governo e estabelece outras providências.”
--	---

Módulo V – Formação – 30 h/a

30h/a	Metodologia de Pesquisa Científica
Prof. Priscylla Alves Campos	Doutorado em LITERATURA E CULTURA pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2015) Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2011) Graduação em letras vernáculas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Ementa	Conhecimento e saberes. O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Principais abordagens metodológicas. Contextualização da ciência contemporânea. Documentação científica. Tipos de trabalhos acadêmico-científico. Tipos de pesquisa. Normas de publicações científicas. Técnicas redacionais.
Referências	BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008. CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

6 METODOLOGIA

Os cursos da Fundação ENA são amparados pela vasta experiência da *École National d'Administration*, l'ENA França, cujo foco é a vinculação entre a ação prática e o conteúdo dos cursos.

A característica que se destaca, do ponto de vista metodológico, é a estreita ligação entre teoria e prática, privilegiando o saber voltado à obtenção de resultados e os estudos de caso, conforme modelo da Escola na França.

As principais metodologias privilegiadas no curso têm como foco à dimensão definida anteriormente.

Considerando que a Fundação ENA tem como finalidade a formação continuada de servidores públicos, numa perspectiva de desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos que

contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, as estratégias e metodologias de ensino precisam ser coerentes com estes aspectos.

Neste sentido, entendemos estratégias de ensino como os meios que o professor utiliza em aula para facilitar/potencializar a aprendizagem dos alunos, desde a organização do espaço, até a preparação dos materiais a serem usados, os recursos audiovisuais, digitais, as técnicas de estudo de casos, os estágios, os jogos de simulação, os trabalhos colaborativos, etc. Entretanto é preciso ressaltar que as estratégias ou metodologias de ensino adotadas precisam necessariamente ser definidas em função dos objetivos de aprendizagem propostos no Curso, na disciplina.

As principais metodologias desenvolvidas pelos professores convidados pela Fundação ENA são:

- Estudos de caso
- Atividades de estudo (produções individuais e em equipes)
- Seminários

Além destas atividades, o curso também oportunizará a realização de conferências, mesas-redondas e debates com *experts* nos temas discutidos.

7 CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso será constituído a partir de três diretrizes básicas: ser credenciado junto à Comissão de Credenciamento de Docentes da Fundação, ter experiência e *expertise* na área de conhecimento e a compatibilidade da titulação.

Os professores serão pós-doutores, doutores ou mestres formados e atuando nas principais universidades brasileiras e que, na maioria, mantenham contato com grupos de pesquisa científica, projetos, intercâmbios e atividades voltadas para a construção da cidadania. Os que não possuem as titularidades anteriores descritas, deverão possuir especialização nas áreas de conhecimento da disciplina e/ou notório saber em sua área de atuação, não sendo o conhecimento técnico oferecido em universidades. Preferencialmente serão convidados professores que já tenham ministrado aulas em cursos oferecidos pela Fundação ENA e que tenham recebido avaliação positiva de seu desempenho.

Os honorários que serão atribuídos aos professores respeitará o Decreto 1.350, de 28 de janeiro de 2013, do Governo do Estado de Santa Catarina, que fixa critérios para a concessão de honorários de hora-aula na Fundação ENA.

8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A estrutura curricular será agrupada por disciplinas afins, na modalidade presencial, e poderá ser complementada com a participação em seminários, discussões em grupos, trabalhos em grupo, trabalhos escritos e textos produzidos a partir dos conteúdos desenvolvidos.

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A aprendizagem e o desempenho dos estudantes serão avaliados por meio de provas e ou trabalhos escolares de acordo com a programação do professor responsável pela disciplina.

A cada disciplina cursada deverá corresponder uma avaliação de desempenho, que será realizada por meio de provas, trabalhos, resolução de estudos de caso, projetos, atividades práticas, devendo levar em conta o interesse, a participação e a frequência do aluno.

Além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a cada disciplina, o aluno será aprovado se obtiver nota igual ou superior a sete, obedecidos os seguintes critérios:

Tabela de equivalência de notas numéricas/conceitos:

A– Excelente, com direito a créditos (nota 9,0 a 10,0)

B– Muito Bom, com direito a créditos (nota 8,0 a 8,9)

C– Bom, com direito a créditos (nota 7,0 a 7,9)

D– Insuficiente, sem direito a créditos (notas 5,0 a 6,9)

R– Reprovado, sem direito a créditos (notas zero a 4,9)

FI– Frequência Insuficiente

10 CONTROLE DA FREQUÊNCIA

A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para cada disciplina, será controlada por meio de ficha com assinatura, dos alunos e do professor da disciplina.

11 CERTIFICAÇÃO

Título de ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA a ser emitido pela Fundação ENA aos participantes Aprovados.

12 REGIMENTO INTERNO

Os alunos e docentes deverão observar as diretrizes do Regimento Interno dos Cursos de Pós-

graduação da Fundação ENA.